

# LIBERTAS PELA GUERRA: SOBRE FUGAS E CARTAS DE ALFORRIA DURANTE A GUERRA DOS FARRAPOS \*

SLAVES WOMEN EMANCIPATED BY THE WAR: ABOUT ESCAPES AND RELEASES DURING THE WAR OF FARRAPOS

Jovani de Souza Scherer\*\*

**RESUMO:** O artigo analisa dois tipos de experiências relacionados com a escravidão durante a Guerra dos Farrapos: a fuga e, principalmente, a libertação da escravidão - através da emissão de cartas de alforria. Os personagens centrais desta investigação são as escravas que conseguiram liberdade durante o período do conflito farroupilha. Nós apontamos motivos para o crescimento das libertações de escravas justamente durante o período do conflito, relacionando esse fenômeno com a crise econômica que afetou os proprietários de escravos. Foram analisados vários documentos - cartas de alforria -, do primeiro e segundo Tabelaionato de Rio Grande. Isso não impediu um olhar apurado sobre alguns desses papéis - que nos possibilitaram visualizar as trajetórias de algumas escravas, da escravidão à liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão - liberdade - Guerra dos Farrapos - Rio Grande - fugas

## Introdução

Este artigo busca discutir dois tipos de experiências dos cativos durante a Guerra dos Farrapos na região de Rio Grande: a fuga e, principalmente, a alforria. Estas duas práticas implicavam em relações diferentes entre senhores e escravos. Se, para fugir, o escravo não precisava da autorização do senhor, aliás era bom que este nem desconfiasse, a alforria era resultado da negociação entre o cativo e seu proprietário. Tanto a fuga como a alforria fariam parte das experiências dos escravos durante a Guerra dos Farrapos, mas sobretudo para os escravos homens, que fugiriam ou seriam recrutados para se juntarem aos exércitos, ou, conforme Mário Maestri, seriam alforriados para substituírem seus donos (MAESTRI, 1993, p.80).

\* Agradeço a professora doutora Ana Sílvia Volpi Scott pelas críticas e sugestões ao texto.

\*\* Bolsista CNPq, mestrando do Curso de Pós-Graduação em História da UNISINOS, sob orientação do professor doutor Paulo Roberto Staudt Moreira. E-mail: jovanscherer@yahoo.com.br

Teoricamente, então, o período criaria maiores possibilidades apenas aos cativos do sexo masculino chegarem à liberdade, ou por via da fuga ou da alforria. As mulheres cativas não teriam muito o que fazer durante o conflito, a não ser esperar em casa o seu final. No entanto, analisando as cartas de alforria do decênio farroupilha, percebemos que as escravas passaram a agir de forma mais intensa na obtenção da liberdade que em períodos de paz, ou de estabilidade, tornando-se, pois, libertas. Os homens cativos de Rio Grande, por sua vez, não apareciam recebendo alforria para assumir o lugar de seus senhores nos exércitos em combate.

Passamos então a buscar, aquele que será o objetivo central deste texto, explicações para o aumento das mulheres entre a população alforriada durante os dez anos de guerra civil entre farroupilhas e legalistas. Ao mesmo tempo, procurando debater hipóteses, apoiado em outros trabalhos, de como os cativos de Rio Grande estariam somando-se às forças em combate.

Para uma melhor compreensão das experiências de liberdade, a partir das condições criadas pela Guerra dos Farrapos, fizemos uso, principalmente, das cartas de alforria registradas nos livros notariais do 1º e 2º Tabelionato de Rio Grande, mas também de outros documentos de forma qualitativa, entre eles uma ação de liberdade que narra a história de um outro tipo de experiência que os escravos ficaram sujeitos durante a guerra, a migração com seus senhores para o lado oriental da fronteira, o que deve ter gerado numerosos casos de escravidão ilegal no lado uruguaio, e re-escravização no lado brasileiro.

### **Experiências de liberdade durante a Guerra: fugas e alforrias**

Em 1847, a Cidade de Rio Grande era o segundo maior centro escravista da província, atrás somente de Porto Alegre (BAKOS, 1985, p. 79-97). Há apenas dois anos o conflito entre o Império e os Farrapos havia se encerrado e a normalidade da vida havia se restabelecido.

Houve no período uma intensa movimentação de contingentes populacionais, criando a instabilidade sobre a propriedade, as relações de produção e as instituições de controle social. Características de uma zona de fronteira marcada pelos períodos de guerras (OSÓRIO, 1999, p.42.).

Em 1835 os Farrapos tomaram Porto Alegre, levando o governo provincial a transferir a capital para a cidade portuária de Rio Grande, local considerado mais seguro por contar com acesso para o Oceano Atlântico.

De Porto Alegre os rebeldes seguiram para Pelotas, capturando-a em 1836. Após a vitória, armaram cerca de 400 escravos com o intuito de aumentar o exército e teriam armado mais, se não fosse a fuga dos charqueadores para Rio Grande, levando consigo os escravos que haviam lhes restado (LEITMAN, 1985, p. 63-64.).

A proximidade com a Banda Oriental do Uruguai e a relação íntima entre as charqueadas rio-grandenses e os campos de criação lá existentes, boa parte de propriedade de brasileiros, tornavam a passagem para o outro lado da fronteira uma prática recorrente em razão do trânsito de animais para abastecer as charqueadas. Segundo Souza e Prado, as terras ao norte do Rio Negro, no Uruguai, eram praticamente apêndices da economia do Império. A maioria dos proprietários eram brasileiros, e utilizavam largamente a mão-de-obra cativa, mesmo após a abolição de 1842 (SOUZA e PRADO, 2004, p. 129).

No período da Guerra dos Farrapos a passagem, ou fuga, para o lado uruguaio da fronteira, seria uma possibilidade para os senhores salvaguardarem seus bens móveis, entre eles o gado, mas sobretudo os escravos, que tornavam-se facilmente soldados para os exércitos em luta, tanto para o imperial como para o farroupilha.

Muitos destes escravos que acompanharam seus senhores até o Estado Oriental no período da Guerra dos Farrapos deveriam, legalmente, passarem à condição de livres a partir da data em que foi abolida a escravidão naquele país, em 1842. Se seguido a risca, isto implicaria um sério prejuízo aos senhores que haviam optado por se “bandear” para o Estado Oriental.

Provavelmente, alguns destes escravos foram descobrir os seus direitos muito tempo após terem voltado para o lado brasileiro da fronteira, e depois de terminada a Guerra dos Farrapos. Isto não impediu, contudo, que escravas como Domingas exigissem a sua liberdade na justiça.

Em 1883, quase 40 anos após o término do conflito farroupilha, a crioula Domingas entrou com uma ação de liberdade em Rio Grande. Os motivos que alegava, como veremos a seguir, estavam relacionados com uma migração de seus antigos senhores, possivelmente durante o período farroupilha. Dizia a petição que, apesar de Domingas estar reduzida a condição de escrava, eram:

[...] incontestáveis os seus direitos a liberdade, tendo vivido no Estado Oriental, antes e depois de ser ali abolida ou antes tolerada a escravidão, como se prova do documentos junto, tendo sido vendida por Felicidade Roiz, viúva de Manoel Ant.<sup>o</sup> dos Santos a João Ant.<sup>o</sup> Ferreira, por morte deste passando ao domínio de sua viúva M.<sup>a</sup> Joaquina Lopes,

quer promover, no sentido de ser judicialmente declarada livre contra esta, a necessária ação sumária de liberdade<sup>1</sup>

Segundo a ação de liberdade, Domingas estava acompanhada de 3 irmãos, Rufina, Joaquina e Gregório, quando foi levada para o Estado Oriental em algum momento antes de 1842 por sua primeira senhora, Felicidade Rodrigues. Sobre os irmãos da cativa, a ação nos informa que Gregório também foi vendido, porém a outro senhor, residente em Pelotas. Diz também que Domingas é a última entre os irmãos que entrou com uma ação de liberdade. Sua irmã Joaquina, já havia provado seus direitos em Jaguarão, enquanto seu irmão Gregório, em Pelotas. Sobre a sua outra irmã, Rufina, sabemos apenas que já era falecida ao tempo da ação de liberdade de Domingas.

Não sabemos o destino final desta ação de liberdade, pois Maria Joaquina Lopes, que comprou Domingas de sua primeira senhora, apelou ao Tribunal da Relação da sentença de primeira instância que julgou liberta a sua “preta”.

O Caso de Domingas permite-nos visualizar o quanto era precária a situação dos cativos que “migraram” para a Banda Oriental junto a seus senhores durante o conflito farroupilha. O fato da abolição da escravatura ter se dado naquele país enquanto na província do Rio Grande do Sul se travava a Guerra dos Farrapos, tornou diversos cativos, levados por senhores brasileiros para lá (o outro lado da fronteira), legalmente livres.

No entanto, esta liberdade continha alto grau de precariedade, é possível que a maioria dos senhores mantivessem os seus trabalhadores negros como escravos, mesmo quando ainda viviam no lado Oriental. Ao passar novamente para o Brasil, não é de surpreender o fato de continuarem a mantê-los como escravos. Domingas e seus irmãos Gregório, Joaquina e Rufina, sofreram a experiência de uma escravização ilegal, no lado oriental da fronteira, e quando passaram novamente ao lado brasileiro, foram re-escravizados. Alguns, foram vendidos como se ainda fossem escravos, coisa que legalmente já não eram mais, outros, permaneceram sob jugo do mesmo senhorio.

Paradoxalmente, esta experiência<sup>2</sup> permitiu a este grupo de irmãos ingressar na justiça e requisitar as suas liberdades de direito, já que não a

---

<sup>1</sup> APERS, 1º Cível e Crime, Processo Crime n. 5446, m. 144, a.1883

<sup>2</sup> De acordo com Paulo Moreira “A criação da Província Cisplatina e o estabelecimento de inúmeros proprietários do Império brasileiro no território do Estado Oriental fizeram com que as experiências de vida de muitos cativos fossem compostas de épocas passadas em

tiveram de fato. Confiando no depoimento de Domingas, seus irmãos conseguiram a liberdade na justiça. A julgar o acontecido com seus parentes, e apesar de não sabermos o desfecho da sua ação de liberdade, tudo indica que ela também deve ter sido considerada livre.

A Ação de liberdade de Domingas é um caso limite. Se hoje sabemos o que aconteceu a ela, e mais indiretamente a seus irmãos, isto deve-se ao fato de que todas as estratégias de negociação com seus senhores, que ela possuía, devem ter se esgotado, o que implicou em uma tomada de decisão drástica, de romper a negociação e partir para o conflito.

Por ser um caso limite, podemos levantar o questionamento do quanto é representativo o caso de Domingas e seus irmãos, em relação ao movimento dos escravos que foram levados por seus senhores ao Estado Oriental durante o conflito farroupilha. Carlo Ginzburg (1987), ao estudar o famoso caso do moleiro Menocchio, uma das vítimas da Inquisição, disse que o caso limite pode ser representativo porque possibilita circunscrever as possibilidades de algo, no caso de Menocchio, da cultura popular camponesa.

O caso de Domingas nos permite circunscrever (modestamente) a possibilidade de liberdade dos cativos que migraram com seus senhores para o Estado Oriental e que, posteriormente a abolição naquele país, retornaram, já não de direito, mas ainda de fato, como cativos para o lado brasileiro da fronteira.

Contudo, a fronteira não era somente o objetivo dos deslocamentos de senhores, mas também dos escravos em fuga. A intensidade das fugas durante o período farroupilha demonstraram a instabilidade momentânea e o afrouxamento dos mecanismos de controle e de vigilância. Os escravos aproveitavam e fugiam das estâncias e charqueadas para a fronteira. Os proprietários não conseguiam coibi-las, e para isso nem podiam contar com ajuda do Estado, pois este se encontrava debilitado, sem forças para defender seus interesses (PETIZ, 2001, p. 76).

Em tempos de guerra, até mesmo as fugas teriam chances concretas de resultar em liberdade legal para os cativos. Isso podemos verificar em uma petição feita pelo negociante Francisco Luiz da Rocha, morador de Pelotas, na qual pede a restituição de seu escravo que fugira, Joaquim, de nação Cabinda, com 28 a 30 anos, alfaiate. O senhor informa

---

‘território castelhano’, fazendo com que estes indivíduos trouxessem em sua formação elementos culturais de ambos os lados da fronteira” (1998, p. 129).

que, ao tempo em que servia no Batalhão dos Provisórios do Rio Grande, soube que o seu cativo havia fugido para assentar praça na “força dos rebeldes”.

Francisco Luiz da Rocha surpreendeu-se quando, tempos depois, entre as fileiras da força legal do Coronel Francisco Pedro, reconheceu o seu escravo, o alfaiate Joaquim. Devidamente munido de papel de compra e um atestado do Coronel, este senhor pediu seu cativo de volta, recebendo a resposta que segue:

tendo o escravo do suplicante prestado bons serviços ao Imperador está no caso de ser libertado por conta da Nação para continuar no serviço e por isso deve o suplicante declarar seu valor para lhe ser pago pela caixa militar. Quartel General nas Pedras Altas, 19-03-1844. B. de Caxias.<sup>3</sup>

Este documento demonstra que a guerra é um período de instabilidade, mas também de oportunidades. Joaquim fugiu de seu senhor, e o que normalmente seria duramente punido, talvez com açoites e grilhões, foi recompensado com a liberdade. Trata-se de um dos poucos registros notariais que comprova o percurso de um cativo que fugiu, lutou na guerra (provavelmente em ambos exércitos), e conquistou a carta de liberdade.

O certo é que a fuga foi bastante comum no período farroupilha, e esta era uma prática quase exclusivamente masculina. Em estudo sobre a fuga de escravos para o “além-fronteira” na Província de São Pedro, Silmei Petiz encontrou entre estes, 94,7% pertencentes ao sexo masculino, e somente 5, 2% ao feminino.

\*\*\*\*\*

Sobre a região de Rio Grande, sabemos que o delegado Manoel Joaquim da Silva Medeiros listou os escravos fugidos do Povo Novo e Taim (distritos de Rio Grande) que estariam no Estado Oriental em 1850. Eram 57 escravos de 36 senhores diferentes, e entre eles havia somente uma mulher. Havia também, na listagem do ano anterior, 30 escravos fugidos. Nesta lista a predominância masculina também era exorbitante, novamente, apenas uma escrava estava listada.

Outras localidades, como São José do Norte, Jaguarão e Pelotas, enviaram relatório para Porto Alegre informando sobre escravos fugidos

---

<sup>3</sup> APERS, Pelotas, 1º Tabelionato, S. F. de Paula, liv. 1 (1832-44).

(PETIZ, 2001, p. 65). Estas vilas eram próximas a Rio Grande, onde por diversas vezes seus moradores foram registrar cartas de liberdade concedidas a seus escravos. Inclusive uma das alforrias analisadas neste texto foi concedida em Pelotas e registrada em Rio Grande<sup>4</sup>.

Segundo REIS e SILVA (2005, p. 76), os escravos que fugiam não eram os que suportavam o peso maior do sistema. Ao contrário, os “fujões” eram na maioria escravos que poderiam ser considerados como “privilegiados”, especializados ou domésticos, possuidores de alguma educação e conhecimento do “mundo lá fora”. De acordo com os autores, escravos ladinos e nascidos no Brasil teriam mais chances de fugir. Isto estaria ligado ao conhecimento da língua e de saberes relativo ao mundo em que já estavam inseridos

Talvez uma parcela pequena destes cativos que fugiram da Região de Rio Grande tenha ajudado a diminuir, de modo relativo, o número de escravos do sexo masculino que conseguiriam alforria<sup>5</sup> durante os anos de Guerra que atingiram a província, entre 1835 e 1845. Talvez possamos estender esta hipótese até o fim da Guerra Grande no Uruguai em 1851, pois há indicativos que também neste conflito houve um envolvimento não desprezível de cativos provenientes do Brasil<sup>6</sup>.

Porém, outras experiências de guerra também foram freqüentes para os cativos do sexo masculino. Segundo Spencer Leitman<sup>7</sup> os farrapos não distinguiam entre escravos e libertos quando recrutavam novos soldados, os quais, provavelmente, sofriam esta incorporação de forma forçada. De acordo com Mário Maestri, a “presença de libertos nas

---

<sup>4</sup> Trata-se da carta de liberdade da menina Francisca, paga por sua mãe, a africana Clementina.

<sup>5</sup> Rugendas, citado por Reis e Silva (2005, p. 67-68) fala sobre os escravos que tinham a alforria negada por seus senhores, “estes escravos que possuem meios de comprar sua liberdade, a aos quais a mesma lhe é negada, geralmente aproveitam a primeira ocasião para evadir-se, sendo muitas vezes difícil recuperá-los”.

<sup>6</sup> Conforme Silmei Petiz (2001, p. 75) as fugas durante a Guerra dos Farrapos muitas vezes foram dar no Uruguai. Entre 1842-1851, período da Guerra Grande, o recrutamento de negros vindos do Brasil permanece: “o governo “colorado” reuniu 5000 homens no princípio da Guerra Grande, chegou a essa cifra porque pelo decreto de 1842, passou para o exército 1400 negros libertos”. Petiz afirma que muitos destes negros seriam antigos escravos pertencentes a rio-grandenses.

<sup>7</sup> Os comandantes de campo farrapos, de acordo com Leitman, ignoravam detalhes legais e aumentavam “seus exércitos incorporando negros quando e onde podiam, muitas vezes sem distinguir entre escravos e alforriados, concentrando sua atuação nas áreas das charqueadas”, 1981, p. 66.

filas farroupilhas explica-se também devido à pusilanimidade de seu ex-amo. Um senhor ou o seu filho escapavam do arrolamento *substituindo-se por um cativo que era alforriado para servir como soldado*<sup>8</sup>.

Contrariando Maestri, no entanto, encontramos apenas um caso, durante o período farroupilha, em que o senhor condiciona a liberdade de seu escravo a substituí-lo no exército. O pardo Firmino, de 16 anos de idade, recebeu a sua alforria em 15 de Janeiro de 1844, com a condição de “servir em lugar de seu senhor (Serafim Antunes da Porciúncula) que foi, no Serviço Nacional, sentando praça”<sup>9</sup>.

Esta única carta de liberdade demonstra que, pelo menos para Rio Grande, o expediente de conceder alforrias para escravos substituírem seus senhores não foi uma prática comum durante a Guerra dos Farrapos. Levando isto em consideração, o grande número de negros nos exércitos<sup>10</sup> indica a hipótese que o recrutamento de escravos caracterizou-se pela informalidade, na sua maioria não contemplando os registros cartoriais, indo desde a apreensão de cativos até ao acolhimento de escravos fugitivos, como o caso do alfaiate Joaquim, descrito nas páginas anteriores.

Por outro lado, os percalços econômicos a que ficaram sujeitos os senhores de escravos entre 1835 e 1845, poderiam levá-los a buscar soluções diferenciadas para algum revés momentâneo, possibilitando uma maior incidência de alforrias por indenização, a fim de ressarcir seus investimentos e não necessitar arcar com a manutenção dos seus cativos.

Ainda assim, a partir de 1830, segundo Manolo Florentino, haveria uma crescente recusa senhorial em aceitar o valor de mercado oferecido pelos escravos. Neste período houve uma “redefinição do que se considerava o preço mais justo em torno do qual a liberdade deveria ser acordada. Se até a década de 1830 o escravo pagava seu preço de

---

<sup>8</sup> Maestri, 1993, p. 80 (Grifos Nossos). O autor afirma que o mesmo valeria para o exército imperial: “O Império também libertou cativos para combaterem os farroupilhas e concedia a carta de alforria e passagem para fora do Rio Grande aos soldados negros que desertassem das fileiras farroupilhas.”

<sup>9</sup> APERS, 2º Tabelionato de Rio Grande, Registros Diversos, Livro 16, p. 24.

<sup>10</sup> Segundo Leitman (1985: 65), ao final da guerra, os farroupilhas possuíam em suas linhas de dois a três mil homens, entre os quais, cerca de um mil seriam negros. dados em diferentes momentos. Segundo Maestri, 1993, p. 81: “Em 1839, dos 4.396 soldados das tropas de primeira linha farroupilha, 952 eram lanceiros negros, organizados em dois corpos daquela arma. Com a crescente dificuldade dos farroupilhas de arrolarem soldados livres, a proporção de ex-escravos deve ter crescido ainda mais.”

mercado no momento que fora comprado pelo senhor, daí em diante “preço” passou a significar o valor corrente de mercado no instante em que cativos e senhores acordavam a alforria” (FLORENTINO, 2005, p. 344).

Este processo resultaria em uma maior “politização” das alforrias – negociações entre senhores e escravos, intensificadas pela instabilidade da guerra civil. Os senhores, percebendo com temor que poderiam perder seus preciosos trabalhadores escravizados, tratariam de negociar com eles. Nem sempre para os cativos era mais vantajoso romper negociações com os senhores e se meter em um conflito sangrento do qual poderiam não sair com vida ou saúde.

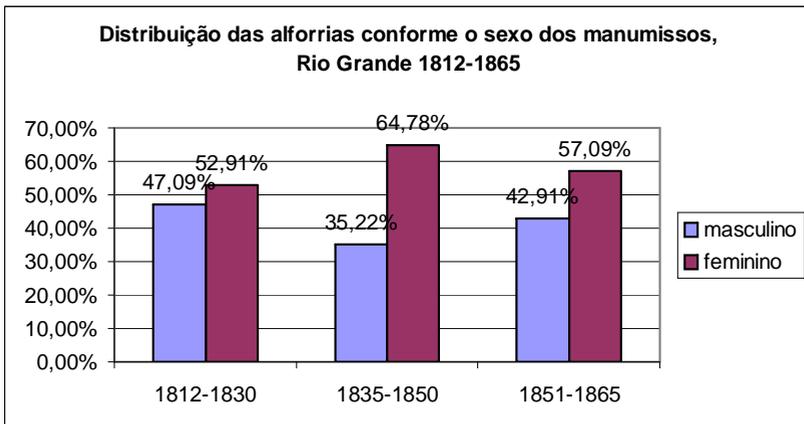
\*\*\*\*\*

A fuga, o recrutamento forçado e até mesmo a substituição de senhores eram experiências de cativos do sexo masculino. Se olharmos somente para este viés da vida dos escravos, encontraremos no período farroupilha uma conjuntura “favorável” à liberdade dos cativos homens. Nesta perspectiva, as escravas não teriam chances de ascensão social. Por exemplo, em um trabalho sobre o papel da mulher escrava durante a Guerra dos Farrapos, afirmou-se:

A Revolução Farroupilha, que deu para o negro a alternativa de uma possível liberdade se servisse em lugar do patrão, seja nos batalhões de lanceiros ou de infantaria da República ou do Império *para a escrava nem esta opção de mudança social trouxe* (FLORES, 1985, p. 107).

Se as escravas não fugiam (pelo menos em grande número) e tão pouco substituíam senhores nos exércitos, isto não as impediu de, sob certa forma, beneficiarem-se do momento de instabilidade que a Província passou durante o decênio farroupilha e, efetivamente, ascenderem de condição social. A análise das cartas de alforria indicam que algumas cativas souberam tirar proveito do momento de instabilidade da Província e, por diversas razões, passaram a obter um número superior de alforrias em relação ao que obtinham em momentos de paz.

O gráfico que segue demonstra que, do período que se estende do princípio da Guerra dos Farrapos até o final da Guerra Grande no Uruguai (1851), houve um acréscimo considerável da proporção de mulheres entre a população alforriada em Rio Grande.



fontes: livros notariais do 1º e 2º Tabelionato de Rio Grande, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Antes do princípio da Guerra dos Farrapos, constata-se que havia um equilíbrio na população alforriada entre 1812 e 1830, com oitenta e um (47,09%) escravos do sexo masculino recebendo alforria, enquanto que noventa e uma (52,91%) cativas chegavam ao *status* de liberta. A partir de 1835<sup>11</sup> as mulheres passaram a receber mais cartas que os homens numa razão de 2 para 1, chegando a um total de duzentos e dezessete (64,78%) alforriadas, enquanto os cativos receberam cento e dezoito (35,22%) cartas de liberdade.

Após o término do conflito farroupilha ainda se observa uma acentuada desvantagem masculina, que começa a reverter-se a partir do fim da Guerra Grande no Uruguai (1851), apresentando uma nova tendência ao equilíbrio, ainda distante da relação apresentada no período 1812-1830, porém mais distante do desequilíbrio entre os sexos observado entre 1835-1850. Neste último período analisado, 1851-1865, os homens mantiveram quase o mesmo número de alforrias do período anterior, cento e quinze, porém as mulheres diminuíram significativamente sua presença entre os alforriados, recebendo cento e cinqüenta e três

<sup>11</sup> Infelizmente não possuímos os dados referentes aos 5 anos anteriores à Guerra dos Farrapos. Isso se deve ao fato do(s) livro(s) notarial(is) referente ao registro de cartas de alforria nestes anos, não ter(em) sido recolhido(s) ao APERS.

cartas de liberdade, tornando a relação entre homens e mulheres na população alforriada entre 42,91% e 57,09%, respectivamente.

A partir destes dados, constatamos a predominância feminina em relação aos homens entre os alforriados. Tal constatação é recorrente em estudos sobre a prática da alforria no Brasil, portanto o padrão é encontrá-las recebendo mais cartas de alforria do que eles. Como esta é uma característica recorrente dos estudos sobre alforria, muitas hipóteses e motivações foram apontadas para explicar a supremacia feminina na conquista da carta de liberdade<sup>12</sup>.

Uma delas é que *as mulheres escravas teriam um preço menor que os homens*. Consideradas menos valiosas que os escravos, as meninas e as mais velhas eram, especialmente, mais baratas, por isso precisavam de um menor esforço para comprar a liberdade. No entanto, assim como custavam menos, as escravas recebiam menos em funções que possibilitavam ganhos, o que implicaria em um tempo maior para acumular um pecúlio que possibilitasse a compra da liberdade<sup>13</sup>.

Durante o século XIX, na Bahia<sup>14</sup>, as escravas adultas pagavam, em média, 78% do preço pago pelos homens. Este dado, porém, deve ser relativizado. Nem sempre as mulheres escravas possuíam preço inferior, em algumas conjunturas, como afirmou Regina Xavier, esta relação poderia não se confirmar. Na segunda metade do século XIX, em estudo sobre os libertos de Campinas, a autora encontrou resultados contrários à hipótese (levantada por Eisenberg para a mesma cidade) das mulheres terem um preço inferior aos homens (XAVIER, 1996, p. 41).

Ainda assim, isto é importante admitir, via de regra as mulheres pagavam menos por sua alforria por custarem menos aos bolsos do senhor no momento de sua compra. Esta diferença de preço deveria ser observada principalmente nas idades adultas. Um homem adulto normalmente custaria mais que uma mulher<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> Embora houvessem menos mulheres na população escrava durante todo o século XIX. Peter Eisenberg afirmou a respeito: “todos os estudos de alforrias brasileiras concordam, com unanimidade impressionante, que a mulher escrava era quem mais recebia a carta de alforria”. Citado por Regina Xavier, 1996, p. 41.

<sup>13</sup> Ver Eisenberg, 1989, p. 263; também Karasch, 2000, p. 447-453.

<sup>14</sup> O preço das escravas adultas em relação ao dos homens, oscilou entre 71% e 85% durante o século XIX. Ver Mattoso, Klein e Engerman, 1988, p.69.

<sup>15</sup> No entanto, outros aspectos, como a atividade do cativo, por exemplo, poderiam levar a uma análise mais cuidadosa e precisa do preço dos alforriados. Infelizmente, esta é uma variável muito rarefeita na documentação.

A desvalorização do preço da mulher escrava em relação ao homem também estava ligada a fragilidade como ela era vista, em oposição aos cativos, concebidos como mais indicados para o trabalho duro.

Manolo Florentino criou uma hierarquia das chances entre os cativos para chegar ao mundo dos livres. Na parte mais alta da hierarquia estavam, segundo o autor, as mulheres velhas, seguidas pelas meninas, depois pelos meninos e homens velhos. Ocupando os últimos lugares de possibilidades para se tornar liberto estariam as mulheres adultas, na frente apenas dos homens adultos (FLORENTINO, 2005, p. 341).

Seguindo a pista deste autor passamos a buscar a análise da idade dos alforriados no período estudado, porém esta variável poderia trazer dados enganosos sobre os libertos de Rio Grande, afinal constavam somente em 18,07% dos alforriados. No entanto, mesmo sendo uma característica ausente na maioria das cartas, a idade das alforriadas pode ter feito a diferença na hora da concessão da alforria. Dos exemplos de cartas analisadas neste artigo, uma foi concedida para uma menina, e outra, para uma “velha”.

Em Pelotas<sup>16</sup>, aos 18 dias de setembro de 1842, Clementina, de nação Cassange, escrava de Teresa Vieira da Cunha casada com Simão Vergara, de nação Congo, comprou a liberdade de sua filha de 4 anos, chamada Francisca, também cativa da mesma senhora. A carta de alforria desta escravinha custou a sua mãe “4 doblas que são 51\$200”. No momento da concessão da carta da menina Francisca, a senhora não perdeu a oportunidade de elogiar a conduta de sua mãe, a ainda escrava, Clementina, indicando que além do pagamento, a concessão da alforria se devia aos “bons serviços de sua mãe”<sup>17</sup>.

Esta carta de liberdade permite discutirmos alguns elementos apontados pela historiografia para a alforria feminina. A alforriada é uma menina, com preço bem abaixo de uma escrava adulta, portanto, um pecúlio relativamente mais fácil de acumular. A sua mãe, Clementina, era uma africana, e foi quem pagou pela alforria. Segundo alguns historiadores, a *capacidade de acumular pecúlio na cidade* seria uma

---

<sup>16</sup> A documentação de Rio Grande por diversas vezes traz documentos passados em Pelotas. Consideramos pertinente a utilização destes casos por demonstrar quanto as duas cidades estavam ligadas entre si.

<sup>17</sup> APERS, 2º Tabelionato de Rio Grande, livro 15, p.15v.

facilidade típica das mulheres, mais ainda das africanas.<sup>18</sup>

Por outro lado a alforria de Francisca também nos traz elementos para a análise das estratégias senhoriais. Primeiro, por sua senhora afirmar que passava a carta em razão da ausência de seu marido africano, e por se “ver em circunstância de precisão, segundo as condições presentes”. Segundo, pela senhora alforriar a filha de 4 anos da sua escrava e continuar a manter a última no cativeiro.

O que ocasionaria a situação de “precisão” a que se refere a senhora? Parece que a ausência do marido da senhora, Simão Vergara, de nação Congo, levou seu lar a crise econômica. Ao considerarmos o ano da concessão da liberdade (1842), um dos motivos prováveis para a ausência de Simão, seria um possível envolvimento do africano com a Guerra dos Farrapos<sup>19</sup>.

Todavia, a crise econômica da senhora possibilitou a escrava Clementina comprar a alforria de sua filha, Francisca. Talvez ela tenha aproveitado uma reserva de pecúlio acumulado que só poderia pagar o preço de sua filha, não o seu. Normalmente encontramos escravas pagando pela alforria de seus filhos e, pelas suas também, o que contrasta com a idéia de que as cativas *contariam mais facilmente com a ajuda de familiares e terceiros*<sup>20</sup>.

A liberdade de um filho, mantendo a mãe cativa, também poderia ser parte de uma estratégia de controle da senhora<sup>21</sup>. Neste momento de crise, ela se isentaria da escrava de 4 anos, de pouca serventia para seus ganhos, mantendo sua mãe no cativeiro e, de certa forma, reconhecendo

---

<sup>18</sup> Isso pode se verificar em Florentino (2005), Karasch (2000) e Xavier (1996).

<sup>19</sup> Estar lutando entre os Imperiais ou farroupilhas é apenas uma das possibilidades da ausência de Simão Vergara. Segundo o historiador Caiuá Al Alam (atualmente pesquisando o sistema carcerário da cidade de Pelotas, no século XIX) o marido de Teresa Vieira da Cunha poderia estar preso ou até mesmo fugido. *Pai Simão Vergara*, como era conhecido, foi condenado a quinze anos, seis meses e vinte dias de prisão simples, mas o advogado logo recorreu. Supondo que ele tenha sido mantido na prisão, o seu paradeiro poderia ser então a cadeia, e não as tropas beligerantes. De qualquer forma ainda não me é possível afirmar com certeza onde estaria Simão, se na cadeia, na Guerra, ou fugido. Agradeço a Caiuá Al Alam a gentileza de fornecer estas informações sobre Simão Vergara, indicando-me também a fonte - APERS, Pelotas, Júri, Processo-Crime nº81, maço 3A.

<sup>20</sup> Sobre esta discussão ver Karasch, 2000, pp. 452-454.

<sup>21</sup> Paulo Moreira, 2003, p. 247, trabalhando com as alforrias condicionais, afirma que boa parte destas seriam estratégias senhoriais, libertando parte da família escrava “preferencialmente a mãe ou então os filhos -, para com isso os senhores assegurarem uma forma eficaz de barganha”.

os serviços desta. A senhora recebeu uma pequena quantia referente a uma escrava que iria demorar muitos anos ainda para lhe auferir ganhos, e ainda continuava com os serviços da mãe.

A *crise econômica* durante o decênio farroupilha talvez tenha sido um dos principais fatores que tornaram a alforria feminina mais freqüente que em períodos de paz. Até mesmo estancieiros mais abonados passaram por momentos de dificuldade naqueles tempos de guerra.

Domingos José de Almeida, então ministro do governo farroupilha, cedeu a seu compadre José da Silva Brandão, a escrava Merenciana, de sua propriedade. Brandão, em 1839, por motivo de contenção de despesas foi obrigado a devolver a mulata, argumentando que havia em sua casa “muita gente para sustentar, inútil”. Dizia também estar encontrando dificuldades para conseguir farinha e carne, de preços elevados. Por isso, devolveu Merenciana e seus 5 filhos, além de um recém-nascido, ficando somente com a preta Rita que lhe fazia os serviços de lavanderia<sup>22</sup>.

Este documento demonstra como uma escrava adulta e seus filhos poderiam ser vistos como inúteis (onerosos), em determinados momentos, como mais um problema a trazer custos do que a prestar serviços e obediência. Dentro das *práticas costumeiras* do escravismo, os senhores deveriam – como contrapartida aos serviços e crias de seus cativos – proverem o sustento, vestuário e tratamento médico de seus trabalhadores presos ao cativeiro. Em momentos de crise – principalmente estruturais como uma guerra civil – o sustento de parte do plantel escravo deveria mais onerar do que auxiliar a sobrevivência da família de seus proprietários.

No entanto, esta mesma desvalorização poderia permitir à outras cativas uma oportunidade diferenciada de liberdade. Em 15 de junho de 1844, a preta Mina Joana, comprou sua liberdade de sua senhora, Maria Joaquina Francisca Gomes, ao entregar: *“outra escrava preta Mina de nome Francisca que houve por compra a Felicíssimo Manoel de Amarante”*<sup>23</sup>

O preço menor das escravas, aliado a crise econômica que atingia a população, pode ter potencializado a aquisição de cativas por parte de outras escravas que possuíam algum pecúlio guardado. Fariam isto com o intuito de entregá-las a seus senhores, para substituí-las no cativeiro.

---

<sup>22</sup> Documento nº2969 da Coleção Varela do AHRs, citado por FLORES, 1985, p.105.

<sup>23</sup> Registrada em 19/06/1844. APERS – 2ºTabelionato de Rio Grande, livro 15, p. 35.

A crise econômica foi um agravante que aumentou a incidência de alforrias femininas durante a guerra civil envolvendo legalistas e rebeldes, isto não significa que ela foi a única responsável pela supremacia das mulheres entre os alforriados.

Outros fatores são apontados como motivadores desta inversão da proporção de mulheres entre os alforriados, em outras conjunturas e localidades. Alguns estudos afirmam que as cativas seriam mais beneficiadas com alforrias em razão de desfrutarem de uma maior *proximidade com a casa do senhor, ou da senhora*, e também por estabelecerem *relações sexuais com senhores ou outros homens*.<sup>24</sup>

O último dos motivos apontados, o da relação sexual entre senhor e escrava, é um caso que dificilmente se encontra na documentação, isto não quer dizer que não acontecia, mas que na análise destas cartas de alforria muito pouco se pode revelar a respeito.

Sobre o primeiro motivo, que admite proximidade com a casa do senhor, o caso da preta Mina Justina parece ser bastante ilustrativo. Seu senhor, Antônio Teixeira de Magalhães, concedeu-lhe a liberdade em 21 de agosto de 1861:

atendendo ao pedido de minha afilhada e filha de criação, Maria Genuína de Magalhães Roxo, a quem a mesma escrava amamentou com muito cuidado e carinho, e ter-se prestado e prestar com o mesmo carinho, como ama sua ao inocente filho, primeiro da dita minha afilhada. 16/10/1861.(APERS – 2ºTabelionato de Rio Grande, livro 23, p. 69)

A proximidade com a casa do senhor fica bastante clara nesta alforria. Ela também traz à tona a importância do monopólio de profissões por parte das escravas. Conforme observou Eisenberg (1989, p. 263), apenas elas poderiam exercer o ofício de prostitutas e, como Justina, a função de ama-de-leite.

As mulheres cativas, quando atuavam em serviços domésticos, ou até mesmo, ao estabelecerem relações íntimas com seus senhores, segundo Karasch (2000: 453), muitas vezes continuavam a exercer as mesmas funções, ou relações, depois de libertas. O que facilitaria aos senhores aceitarem conceder-lhes alforria.

Isto demonstra, também, que os limites entre o cativo e a

---

<sup>24</sup> Os motivos apontados para as escravas receberem mais alforrias que os homens são repetidas por diversos autores utilizados neste artigo, alguns indicam apenas dois ou três motivos. Para uma melhor sistematização resolvi usar principalmente as causas indicadas por Karasch, 2000 e Eisenberg, 1989.

liberdade eram extremamente sinuosos. Segundo Paulo Moreira “cativo e liberdade não eram mundos estanques e absolutamente diferentes. Eles se interpenetravam e conviviam, compostos de experiências comuns, inúmeras mediações e estágios intermediários” (MOREIRA, 1996, p. 12).

Para Lovejoy (2002, p. 31), nas sociedades em que havia a possibilidade de emancipação, ela transmitia um reconhecimento de que escravo e homem livre eram opostos, e que o poder estava na mão dos senhores. Desta forma a liberdade é uma prerrogativa senhorial.

Por outro lado, a alforria não pode ser vista somente como mecanismo de cooptação de cativos pelo senhor, através das exigências de bons comportamentos, mas ela deve ser vista também como resultado da pressão individual do escravo. Este último caso pode ser apreendido da análise de alforrias em que a condição de liberdade é a escrava nunca mais voltar a região em que vivia o seu senhor. O que demonstra também que nem sempre a proximidade com a casa senhorial traria facilidades para as escravas, ao contrário, por vezes trazia possíveis problemas a estas.

Em 22 de novembro de 1842, por exemplo, a africana Teresa, negra “velha”, recebeu alforria de seu senhor, Antônio José Rodrigues Prates, com a condição de: *“jamais pôr os pés nesta Fazenda da Feitoria, e se o contrário fizer desde logo torna a ficar cativa”*<sup>25</sup>.

Tal documento, registrado no Tabelionato de Rio Grande aos 26 de setembro de 1843<sup>26</sup>, assim como poderia ser visto como um degredo interno imposto a uma escrava “velha”, - a liberdade como punição -, de certa forma, a alforria, ainda que nestas condições, poderia ser a consumação de um último desejo de liberdade<sup>27</sup>, resultado de uma pressão muito grande por parte da escrava junto de seu senhor.

## Considerações Finais

---

<sup>25</sup> APERS – 2º Tabelionato de Rio Grande, livro 15, p.17v.

<sup>26</sup> Normalmente as alforrias apresentam duas datas, uma referente a data em que foi concedida ao escravo e, outra que informa o dia na qual foi registrada no Tabelionato.

<sup>27</sup> Esta pressão pela liberdade no fim da vida poderia encontrar explicações em profundos significados com relação à morte, como disse Moreira, 2003, p.208: “Se a morte era representada metaforicamente como um retorno à África (ocasionando a reunião com ancestrais), talvez a volta como indivíduo livre tivesse significado para aqueles que saíram de suas terras de origem, embarcados à força como mercadoria”.

A superioridade numérica das mulheres na conquista da carta de liberdade, encontrada nas diversas regiões do país, pode ser resumida esquematicamente, pelos seguintes pontos:

1. o menor preço das mulheres no mercado
2. elas contariam mais facilmente com ajuda de familiares e terceiros
3. se ocupariam em atividades com maior proximidade da casa do senhor/senhora
4. a possibilidade de relação sexual com o senhor ou outros homens
5. o trabalho feminino na cidade possibilitaria acúmulo de pecúlio

Os motivos apontados pela historiografia da escravidão para a supremacia feminina não deixaram de estar presentes no momento de guerra, talvez alguns, como o preço menor das escravas, ainda podem ter adquirido uma importância maior. No entanto, dois outros fatores são importantes para a explicação do crescimento da alforria feminina durante a conjuntura de instabilidade da Guerra dos Farrapos, podendo ser estendida até o fim da Guerra Grande no Uruguai em 1851: *a fuga masculina* e a *crise econômica* que atingiu a Província.

Estas duas causas, aliadas com as outras “facilidades” femininas para conseguir a alforria, nos trazem elementos que explicam a maior incidência de alforrias femininas durante o período da Guerra dos Farrapos.

A fuga de cativos do sexo masculino talvez tenha um peso menor dentro deste quadro, afinal não eram muitos os cativos que fugiam, mas a minoria. No entanto, o perfil dos cativos que fugiam, quase todos homens, leva a crer que estes cativos consideraram a fuga, naquele momento, uma possibilidade melhor que a tentativa de liberdade através da alforria, um empreendimento que necessitaria, talvez, de anos de negociação com o senhor. A fuga, que significava o rompimento da negociação com o senhor, era porém um empreendimento particularmente mais arriscado durante o período de Guerra, com boas chances de resultar em morte, mas também, como demonstrou o caso do Alfaiate Joaquim, em liberdade legal.

A fuga de homens, por sua vez, poderia diminuir, ainda que de

forma muito pequena, o número de cativos do sexo masculino aptos a conquistar sua alforria. A carta de liberdade, que já era difícil de conseguir em tempos normais, em tempos de guerra, provavelmente, se tornaria mais distante para os escravos do sexo masculino. Estes poderiam servir como moeda de troca para seus senhores em caso destes serem recrutados, o que levaria a uma valorização da manutenção deste escravo como cativo.

Os períodos de guerra na província, e no outro lado da fronteira, como a Guerra Grande, estimulavam os cativos homens a fugirem, aproveitando a desorganização das forças repressivas, ou para se juntar a um dos exércitos em combate, atrás da promessa de liberdade que normalmente acompanhava o recrutamento de escravos para guerra.

No que diz respeito a alforria de mulheres, a crise econômica, provavelmente, foi o fator “extra” mais responsável pelo crescimento da alforria feminina. As cativas, aproveitando suas economias, derivadas da sua capacidade de acumular pecúlio em ambientes urbanos, podiam conseguir de maneira mais fácil que seus senhores abrissem mão de seus filhos. Também poderiam pagar preços menores ainda, por filhos e filhas, se seu capital acumulado não fosse suficiente para comprar a sua liberdade também, ou se seu senhor desejasse manter parte da família ainda escrava.

A libertação de cativas, mediante a entrega de valores em dinheiro, poderia capitalizar os senhores com dificuldades de manter seu lar no período da Guerra. Isto vale tanto para senhores abonados, como para os mais humildes.

Chamamos a crise econômica de fator “extra” por considerarmos as motivações apontadas pela historiografia da escravidão igualmente importantes. Afinal, as escravas não deixaram de receber alforria por haver criado os filhos do senhor, ou como a preta mina Justina, por servirem como ama-de-leite. No entanto, estas justificativas eram igualmente presentes em outras conjunturas, portanto não poderiam explicar a crescente importância da alforria feminina durante o período da Guerra dos Farrapos.

Ao contrário do que se acreditava sobre as possibilidades das mulheres escravas conseguirem ascender socialmente no período da Guerra dos Farrapos, a simples constatação de um maior número de mulheres alforriadas, permite afirmar que suas chances de liberdade aumentaram durante o decênio farroupilha. No entanto, devemos ter cuidado de não tomar estes resultados como válidos para a Província

inteira.

Outro fato que igualmente pode ser considerado é que as mulheres cativas não viviam em um mundo estanque, separados de seus parceiros homens. Assim, já que ambos os lados da guerra precisavam de reforços para seus contingentes militares, talvez a mobilização dos escravos tenha facilitado a alforria de suas companheiras e filhos. A demanda da guerra não era apenas por soldados, mas por *bons soldados* – que não desertassem no primeiro combate, que obedecessem rápido e fielmente as ordens de seus superiores, que não passassem para o outro lado da fronteira ou para o oponente. Assim, talvez a alforria de mulheres e crianças devam ser vistas nesta politização causada pela guerra, em um momento em que a fidelidade do *lanceiro negro* pode ter potencializado a liberdade de sua família ainda cativa (SLENES, 1999).

Para uma melhor compreensão da prática da alforria no período farroupilha, seria importantíssimo que fossem desenvolvidas pesquisas sobre a concessão de alforrias em cidades como Alegrete e Piratini, por exemplo, que estiveram sob domínio farrapo. Isto permitiria comparar as práticas de concessão de alforrias com locais como Rio Grande, que permaneceram sob influência do Império.

## Referências Bibliográficas

BAKOS, Margaret. “A escravidão negra e os farroupilhas”. In: FLORES, Hilda Agnes H. *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, (p. 79-97).

EINSENBURG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989.

FLORENTINO, Manolo. “Sobre Minas, Crioulos e a Liberdade Costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORES, Hilda Agnes H. “A mulher no período farroupilha” In: RETAMOZO, Aldira Correa. *O Papel da Mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre:Tchê, 1985.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Andréa Lisly. "Alforrias na Comarca de Ouro Preto (1808-1870)". In: *População e Família*. São Paulo, n. 3, 2000, p. 157-180.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808/1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. "O perfil social dos escravos em Rio Grande, século XIX". Porto Alegre: II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005. CD-ROM.

LEITMAN, Spencer L. "Negros Farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no séc. XIX". In: FLORES, Hilda Agnes H. *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, (p. 61-78).

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo Gaúcho*. Caxias do Sul/ Porto Alegre: EDUCS/EST, 1984.

MATTOSO, Kátia de Queirós; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. "Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia, 1819-1888". In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988, p. 60-72.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. "Sobre Fronteira e Liberdade – Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)". In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.9, julho de 1998, p. 119-149.

\_\_\_\_\_. *Faces da liberdade, máscaras do cativo: Experiências de liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858-1888)*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1787-*

1822. Tese (Doutorado em História) UFF, Niterói, 1999.

PETIZ, Silmei de Sant'ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da Província de São Pedro para o além –fronteira (1815-1851)*. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, Porto Alegre, 2001.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_; SILVA. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHERER, Jovani de Souza. "A Liberdade em Tempos de Guerra Civil: as cartas de alforrias concedidas em Rio Grande durante a Guerra dos Farrapos" In: Rocha, Márcia (org.) *Anais da IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2006 (no prelo).

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor*. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. "Coartação – Problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, Suzana de; PRADO, Fabricio. "Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX.". In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TASSONI, Tatiani; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748/1888)*. Porto Alegre, EST Edições, 2006. (no prelo)

VASCONCELOS, Albertina Lima. "Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos em Rio Grande – RS, no século XIX". Porto Alegre: II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005. CD-ROM.

XAVIER, Regina . *A conquista da Liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas : área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

ABSTRACT: The article analyzes two kinds of experiences related with slavery during the War of Farrapos: the escape and, principally, the release from slavery – through the emission of cartas de alforria. The central personages of this investigation are women slaves that got liberty during the period of the conflict farroupilha. We indicate reasons for the growth of releases for women slaves just during the period of the conflict, relating this phenomenon with the economic crisis that reached the slave's owners. Too much documents – cartas de alforria – were analyzed, from the first and second Tabelionato of Rio Grande. It didn't impede a refined look about some papers - that enable us to visualize the trajectories of some women slaves, from the slavery to the liberty.

Key-words: Slavery – liberty – War of Farrapos – Rio Grande – escapes